

A inserção dos jovens baianos no mercado de trabalho nos anos 90¹

Ângela Borges*

Um dos traços mais destacados na análise das transformações observadas no mercado de trabalho brasileiro, nas últimas décadas, refere-se às mudanças no padrão de inserção das novas gerações neste mercado: a crescente dificuldade encontrada pelos jovens que procuram seu primeiro emprego, refletida nas elevadas taxas de desemprego de inserção, e o aumento da idade de início da vida ativa, provocado tanto por essa dificuldade como pela ampliação do período dedicado à formação. Esta última tendência está associada ao aumento da escolaridade mínima exigida por parte dos novos postos de trabalho resultantes da reestruturação produtiva, mas é também fortemente influenciada pelas condições adversas do mercado de trabalho, que levam os jovens a buscar conquistar diplomas cada vez mais elevados com o objetivo de melhorar suas chances de inserção.

Trata-se de mudanças que vêm sendo observadas também em outros países – sobretudo nos países industrializados e naqueles que já atingiram uma patamar mais elevado de industrialização – e os problemas sociais que elas engendram vêm se constituindo num desafio para governos nacionais e organismos internacionais como a OIT. No entanto, apesar de esses problemas se manifestarem em todo o mundo, sua extensão, gravidade, alternativas de solução, meios disponíveis para implementá-las e ações efetivamente realizadas variam bastante de um país para outro.

No caso específico do Brasil, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho da atual geração

de jovens vêm somar-se a um amplo – e estrutural – leque de problemas sociais, quase todos associados aos elevados contingentes da população em situação de extrema pobreza e à imensa desigualdade econômica e social que marca a nossa sociedade. Além disso, essas circunstâncias coincidem com uma fase de crescimento expressivo do número de jovens e se deparam com um país que, embora mantenha a auto-imagem de um “país jovem”, pela até recentemente elevada proporção de crianças e adolescentes na sua população, nunca se propôs um “problema da juventude” e também, é claro, nunca se preparou para enfrentá-lo. Mesmo agora, quando esse problema se apresenta em toda a sua crueza, patente na elevadíssima taxa de desemprego juvenil e nos elevados índices de criminalidade, na violência e nas drogas, ele não tem recebido a atenção e o tratamento adequados à magnitude e complexidade dos desafios em que se constitui para a sociedade brasileira.

Pelo contrário, a centralidade adquirida pelo “ajuste da economia” na ação do governo federal, na atual década, não apenas tem relegado a um segundo plano o enfrentamento dos problemas sociais como, mais que isso, o próprio caráter desse ajuste vem contribuindo para ampliar, de modo dramático, a dimensão desses problemas e para provocar outros tantos.

Assim, até a década de 80, a economia brasileira vinha mostrando ser capaz de gerar oportunidades de trabalho em proporções que acompanhavam de perto o crescimento da oferta de trabalho.

Embora uma parte expressiva dessas oportunidades sempre tenha sido em ocupações de baixa produtividade, com baixos rendimentos, enfim, de baixa qualidade e, muitas delas, “informais”, expandia-se a parcela do emprego dito “formal”, isto é, com vínculo assalariado, no setor público ou no privado, com contrato de trabalho protegido pela lei.

Em consequência dessa performance, o mercado de trabalho brasileiro sempre se caracterizou por apresentar baixas taxas de desemprego aberto, sendo o seu principal problema a extrema pobreza da maioria dos trabalhadores, decorrente das características de boa parte das ocupações existentes.

As dificuldades de incorporação de novos contingentes de trabalhadores começaram a se manifestar na recessão do início dos anos 80, quando as taxas de desemprego aberto aumentaram, mesmo se logo depois amenizadas com a recuperação da economia. Além disso, a década de 80 já sinalizava uma outra mudança importante no mercado de trabalho brasileiro: a precarização dos empregos, isto é, a queda no ritmo de expansão do emprego assalariado com proteção social e a multiplicação dos empregos sem carteira assinada, “estágios”, contratos temporários, etc.

Nos anos 90, essas tendências foram confirmadas com uma intensidade dramática e o Brasil assistiu a uma elevação exponencial dos vínculos precários em detrimento do vínculo formal, concomitante a uma queda no ritmo de expansão da ocupação e do emprego. Ademais, inaugurou-se um quadro inteiramente novo para os brasileiros – a brutal e duradoura elevação do desemprego aberto, que corresponde à situação dos trabalhadores sem qualquer ocupação que procuram trabalho ativamente. A isso somou-se a elevação das formas de desemprego mais recorrentes no passado, casos do desemprego oculto pelo trabalho precário, dos que vivem de “bicos”, e do desemprego por desalento, ou seja, daqueles que se recolhem à inatividade, provisória ou definitivamente, pela absoluta falta de chances de se inserirem no mercado de trabalho.

Todas essas mudanças são consequências diretas tanto de transformações estruturais do capitalismo como do modelo de gestão da economia brasileira adotado a partir de 1990, o qual, incluín-

do uma súbita abertura da economia, forçou uma drástica reestruturação produtiva, com a adoção de novos modelos de produção “enxutos”, de novas tecnologias e de novas estratégias empresariais. Essas estratégias incluem a externalização dos custos através da terceirização, que eliminou, maciçamente, postos de trabalho assalariado, e criou condições para a expansão da produção sem a correspondente expansão do emprego, sobretudo, do emprego formal.

A destruição maciça de empregos formais e a baixa geração de outros tipos de ocupação foram, e continuam sendo, fortemente determinadas também pelas baixas taxas de crescimento da economia, induzidas pela lógica do plano de estabilização monetária implementado a partir de 1994. Como demonstrado por inúmeros críticos da política macroeconômica em vigor, essa lógica condena a economia brasileira a crescer num ritmo muito inferior ao observado em décadas passadas – os anos 90 registraram a menor taxa de crescimento médio anual da economia brasileira em todo o século XX – tornando-a incapaz de garantir a incorporação dos novos trabalhadores que chegam ao mercado de trabalho e, até mesmo, de reabsorver os desempregados de um “ajuste” que acabou se tornando permanente. O desemprego, congelado num patamar elevadíssimo, atingiu todos os segmentos de trabalhadores, inclusive aqueles historicamente mais protegidos desse risco.

Entretanto, embora mais generalizado do que antes, o desemprego não deixou de ser seletivo. Alguns segmentos sociais estão mais expostos a ele do que outros e entre os mais expostos estão os jovens. Esses buscam um lugar no mundo do trabalho, lugar que é o alicerce sobre o qual é possível cada um construir um projeto de vida (Sennett, 1999), uma carreira cheia de sentido – dessa forma, alicerce também para a conquista de um lugar na sociedade, sobretudo numa sociedade em que a maioria da população depende unicamente do rendimento do trabalho para sobreviver.

É com base nessa compreensão da importância do trabalho, de ter-se uma ocupação ou um emprego, que se buscará, a seguir, com base nos dados disponíveis mais recentes, traçar um diagnóstico da situação dos jovens no mercado de trabalho no estado da Bahia.

Adianta-se que esses dados (basicamente da PNAD/IBGE), por serem muito agregados e não abarcando inúmeros aspectos relevantes para uma análise minuciosa do problema, permitem apenas um diagnóstico panorâmico, que certamente deixará sem respostas muitas questões importantes, as quais exigem um esforço bem maior de pesquisa.

Os jovens baianos: algumas características

Em 1999, residiam na Bahia 1.800 mil jovens entre 18 e 24 anos, representando 14% da população baiana. Esse numeroso contingente compõe, junto com os adolescentes de 15 a 17 anos, a chamada “onda jovem”, constituída pela última geração de filhos nascidos antes do declínio das taxas de fecundidade total, acentuado, na Bahia, em meados dos anos 80. Tal fenômeno já é bem visível na RMS, onde os grupos quinquenais de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos já são os mais numerosos da estrutura etária.

Gráfico 1 – Bahia: Pirâmide Etária, 1999

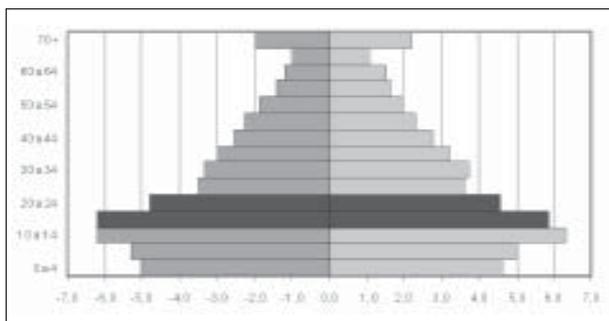
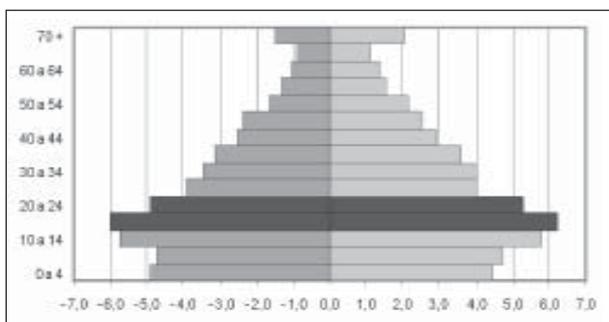
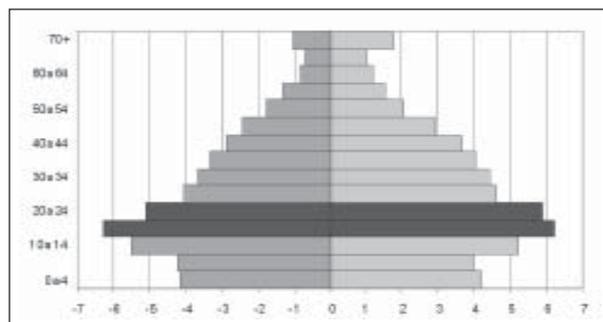


Gráfico 2 – Bahia Pirâmide Etária Urbana, 1999



Como mostram as pirâmides etárias (Gráficos 1 a 3), nas áreas urbanas e no total do estado, o número de jovens deverá crescer bastante nos próximos anos, com a entrada na juventude do grande contingente de crianças e adolescentes que se en-

Gráfico 3 – RMS, Pirâmide Etária, 1999



contravam, em 1999, no grupo etário de 10 a 14 anos e dos adolescentes incluídos no grupo de 15 a 19 anos. Nos sete anos do período coberto pelos dados aqui analisados (de 1992 a 1999), enquanto a taxa de crescimento total da população baiana ficou em apenas 1% a a, o grupo etário de 18 a 24 anos cresceu a uma taxa média anual de 2,5% a a, chegando a alcançar o patamar de 3% a a nas áreas urbanas. Esse crescimento resultou num incremento absoluto de 292 mil jovens em todo o estado, dos quais 228 mil residiam nas áreas urbanas.

Os dados do Quadro 1 evidenciam que entre 1992 e 1999 a composição por sexo do grupo etário de 18 a 24 anos é invertida: em 1999, os jovens do sexo masculino são mais numerosos do que as jovens, exatamente o contrário do que ocorria no início da década. Este desequilíbrio entre os sexos é determinado pela composição da população jovem da zona rural, majoritariamente masculina (74 mil homens a mais que mulheres), e sugere uma maior emigração de mulheres jovens, não apenas para as áreas urbanas da Bahia como, também, para fora do estado.

A migração feminina não é um fato novo e está associada, por um lado, à falta de oportunidades de trabalho para mulheres jovens e solteiras na zona rural, um fator de expulsão já bastante estudado e que vem se agravando com a crise da pequena produção mais tradicional, de base familiar. Por outro lado, a saída das jovens da zona rural é estimulada pela maior oportunidade de inserção no mercado de trabalho urbano, sobretudo através da porta do serviço doméstico. O que talvez seja um fato novo é o fluxo migratório mais intenso de mulheres para fora do estado, o qual, além de indicar o esgotamento da capacidade de absorção nas suas áreas urbanas, provavelmente está relaciona-

Quadro 1
População de 18 a 24 anos
Bahia, 1992-1999

Situação do Domicílio	Absolutos			% Por Gênero			% Por Situação		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1992									
Total	1.527.234	746.741	780.493	100,0	48,9	51,1	100,0	100,0	100,0
Urbana	979.022	463.340	515.682	100,0	47,3	52,7	64,1	62,0	66,1
Rural	548.212	283.401	264.811	100,0	51,7	48,3	35,9	38,0	33,9
1999									
Pop. Total	1.819.235	933.971	885.264	100,0	51,3	48,7	100,0	100,0	100,0
Urbana	1.207.639	589.966	617.673	100,0	48,9	51,1	66,4	63,2	69,8
Rural	611.596	344.005	267.591	100,0	56,2	43,8	33,6	36,8	30,2

Fonte: IBGE/PNDA

do também com mudanças no mercado de trabalho das principais áreas de destino dos migrantes baianos – Sudeste e, principalmente, São Paulo – as quais têm tornado cada vez mais difícil a absorção de migrantes jovens e pouco escolarizados do sexo masculino. Como a situação de extrema pobreza da maioria das famílias rurais do estado não dispensa a busca, por um ou mais dos seus membros, de uma fonte de renda fora da região (Borges, 1993), agora saem mais as mulheres que os homens.

Embora não estejam disponíveis informações desagregadas sobre a renda per capita das famílias com membros na faixa de 18 a 24 anos, a distribuição de renda familiar do estado mostra que a maioria das famílias baianas é muito pobre. Em 1999, nada menos que 62% delas viviam com renda mensal de até três salários mínimos e apenas 15,8% formavam uma renda superior a cinco salários mínimos. Ou seja, para a maioria dos jovens o trabalho remunerado é um imperativo da luta pela sobrevivência, sendo reduzida a parcela que dispõe de uma estrutura familiar que dispense a sua contribuição para a cobertura das despesas básicas.

Observe-se ainda que, em muitos casos, a contribuição dos jovens não é secundária: em 1999, nada menos que 8,2% das famílias baianas eram por eles chefiadas, isto é, tinham como pessoa de referência – geralmente definida como o(a) principal provedor(a) – alguém entre 18 e 24 anos. Encontravam-se nessa posição 7,8% dos jovens com 18 e 19 anos e 20% dos que tinham entre 20 e 24 anos.

Embora os dados sobre a situação educacional dos jovens (ver Quadros 2 e 3) evidenciem uma elevação expressiva, nos anos 90, da sua taxa de escolarização, o quadro que eles permitem traçar é extremamente preocupante. Apesar da elevação recente, essa taxa de escolarização ainda é muito baixa e acompanhada de um analfabetismo persistente e de elevada defasagem idade/série. Em 1999, nada menos que 10% dos jovens baianos e absurdos 18,6% dos que residiam na zona rural eram analfabetos. Além disso, 52,7% dos jovens de 18 a 24 anos que freqüentavam o sistema educacional ainda se encontravam no ensino fundamental, sendo que 14,8% deles cursavam da 1ª à 4ª série.

Conclui-se que os ganhos de escolaridade, conquistados na última década, não podem obscurecer o fato de que a maioria dos jovens baianos ainda não alcançou o patamar mínimo de escolaridade necessária para lutar por uma inserção menos precária no mercado de trabalho, o qual corresponde, hoje, ao diploma do ensino fundamental. Observe-se que, na RMS, o diploma do ensino médio tende a colocar-se como pré-requisito para grande parte dos empregos.

Finalmente, no que diz respeito à distribuição espacial da população jovem, verifica-se que em 1999 a maior parte dela (66,4%) residia nas áreas urbanas, numa proporção superior à observada para o conjunto da população que era de 61,6%. Como dito anteriormente, esse fenômeno é mais intenso para as mulheres: em 1999, nada menos que 70% das

Quadro 2
Taxa de escolarização dos jovens e distribuição por grau e série
Bahia e RMS, 1992-1999

Sexo Grupos de Idade	Taxa de Escolarização	Estudantes de 5 anos ou mais								
		Total	Pré-escolar	1º Grau			2º Grau	Superior	Sem Decl.	
				Total	1 a 4	5 a 8				
Bahia – 1992										
Total	23,2	100,0	–	52,2	14,0	37,3	0,3	41,3	6,5	–
Homens	21,1	100,0	–	56,1	16,5	37,8	0,3	37,3	6,6	–
Mulheres	25,3	100,0	–	49,1	11,9	36,8	0,2	44,5	6,4	–

Bahia – 1999										
Total	38,0	100,0	–	52,7	14,8	35,7	0,5	39,7	7,6	0,1
Homens	37,2	100,0	–	60,3	18,2	38,9	0,7	33,0	6,6	–
Mulheres	38,8	100,0	–	44,9	11,3	32,5	0,3	46,4	8,5	0,2

Fonte: IBGE/PNDA

Quadro 3
Taxa de analfabetismo dos jovens, por situação do domicílio e sexo
Bahia, 1992-1999

Ano	Total			Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1992	18,8	22,7	15,0	10,9	13,6	8,4	32,9	37,6	27,8
1999	10,1	13,0	7,1	5,8	7,2	4,6	18,6	23,0	12,8

Fonte: IBGE/PNDA

jovens desse grupo etário residia nos centros urbanos do Estado contra 63% dos rapazes.

Os jovens e o mercado de trabalho²

A combinação estudo/trabalho

Antes de analisar as informações mais detalhadas sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, é importante observar os dados do Quadro 4, que fornecem um panorama abrangente da relação dos jovens com o trabalho e com o estudo.

Em primeiro lugar, para o total do estado, observa-se que a partir dos 18 anos a maioria dos jovens já trabalha, combinando ou não esta atividade com os estudos, e que apenas

Quadro 4
Jovens segundo a condição de atividade
Bahia, 1998

Grupos de Idade	Jovens					
	Total	Condição de Atividade (%)				
		Só Estuda	Trabalha e Estuda	Só Trabalha	Afazeres Domésticos	Não Realiza Nenhuma Atividade
BAHIA						
18 a 19 Anos	606.677	29,7	21,8	29,5	14,4	4,5
20 a 24 Anos	1.153.366	12,5	13,4	47,9	21,0	5,2
18 a 24 Anos	1.760.043	18,4	16,3	41,6	18,7	5,0
RMS						
18 a 19 Anos	145.552	47,3	16,6	15,6	15,5	4,9
20 a 24 Anos	299.547	18,4	15,2	38,0	22,5	5,9
18 a 24 Anos	445.099	27,9	15,7	30,7	20,2	5,6

FONTE: IBGE/Síntese de Indicadores Sociais -1999

29,7% dos que têm 18 e 19 anos e 12,5% dos que estão entre 20 e 24 anos são exclusivamente estudantes. Além disso, em ambos os grupos etários, uma parcela não-desprezível nem estuda nem está no mercado de trabalho. A maior parte dos que se encontram nessa situação, provavelmente constituída por mulheres, assume responsabilidades no âmbito da família (afazeres domésticos) e o restante (5,2%), declara “não realizar nenhuma atividade”.

Já na RMS, a proporção dos que se dedicam apenas aos estudos é bem mais elevada – sobretudo na faixa de 18 e 19 anos (47,3%) – assim como a parcela dos que não estudam nem trabalham (no mercado de trabalho). Com isso, a proporção de jovens que exclusivamente trabalham ou combinam o trabalho com o estudo é bem menor nessa região que no conjunto do estado.

Essa diferença entre a RMS e a média do estado pode ser explicada por vários fatores, dentre os quais a maior facilidade de acesso à escola encontrada pelos jovens metropolitanos, sobretudo no 2o Grau e na universidade, cuja oferta é inexistente em muitos municípios do interior.

Aliás, a concentração espacial da oferta de vagas nos níveis de ensino acima do ciclo básico, também por outra razão, ajuda a explicar o elevado percentual de jovens da RMS que apenas estuda: uma parte deles é constituída por jovens cujas fa-

mílias residem no interior do estado e que se deslocam para a capital para continuar seus estudos, por falta de opção no município de origem ou em busca de um ensino de melhor qualidade.

Além desse fator, a extensão do período de dedicação exclusiva aos estudos para uma parcela de jovens da RMS está relacionada com a maior proporção de famílias com renda mais elevada nesta região e com o melhor nível de informação das famílias, o que lhes permite avaliar melhor a importância da educação para o futuro dos seus filhos. Mas, certamente, um outro fator importante nesse prolongamento da condição de “estudante que não trabalha” é a reduzida chance de inserção no mercado de trabalho metropolitano – o mais seletivo do estado – dos que têm poucos anos de estudo e as elevadas taxas de desemprego vigentes nessa região.

As taxas de participação

Entre 1992 e 1999, o incremento da PEA jovem foi da ordem de 203 mil, equivalentes a 24,3% do incremento da PEA total do período. Em 1999, 1.292 mil jovens baianos de 18 a 24 anos eram economicamente ativos e representavam 20,2% da PEA total. O peso dos jovens na PEA é mais expressivo na área urbana do estado e na região metropolitana (22,2% e 23,5%, respectivamente) que na zona rural (17,3%), em decorrência tanto do maior peso deste grupo etário na população urbana quanto das maiores taxas de atividade aí observadas, como será mostrado.

Entre 1992 e 1999 a taxa de participação dos jovens baianos entre 18 e 24 anos manteve-se estável, em torno de 71%. No entanto, a comparação dos dois subgrupos etários (18 e 19 anos e

Entre 1992 e 1999 a taxa de participação dos jovens baianos entre 18 e 24 anos manteve-se estável, em torno de 71%. No entanto, a comparação dos dois subgrupos etários (18 e 19 anos e

Quadro 5
Taxas de atividade dos jovens
Bahia, 1992-1999

	1992			1999		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1992						
Pop. Total	61,2	76,5	46,8	61,5	74,4	49,1
18 e 19 Anos	66,3	80,9	52,1	63,7	77,4	49,3
20 a 24 Anos	73,6	92,6	55,5	74,6	88,7	59,8
18 a 24 Anos	71,3	88,9	54,5	71,0	85,0	56,3
Urbana						
18 e 19 Anos	59,2	74,2	45,8	59,8	70,7	48,6
20 a 24 Anos	71,9	90,4	55,3	72,8	86,5	60,1
18 a 24 Anos	68,1	85,6	52,4	68,6	81,2	56,5
Rural						
18 e 19 Anos	77,8	90,5	63,6	71,0	89,4	50,5
20 a 24 Anos	76,7	96,4	56,1	78,4	92,4	59,0
18 a 24 Anos	77,1	94,4	58,5	75,9	91,4	55,9

FONTE: IBGE/PNAD

20 a 24 anos) mostra, em primeiro lugar, que as suas taxas se encontram em patamares distintos, sendo a dos jovens com 18 e 19 anos bem inferiores à do grupo formado pelos que têm entre 20 e 24 anos. Nesse último grupo, o nível de atividade já se aproxima do patamar das faixas etárias do auge da vida ativa, geralmente considerado como de 25 a 49 anos.

Quanto às diferenças de gênero, os dados para o conjunto do estado mostram que, entre os jovens, do mesmo modo que nos demais grupos etários, as taxas masculinas são muito superiores às femininas. Em 1999, enquanto 85% dos homens entre 18 e 24 anos estavam na PEA, essa proporção era de apenas 56,3% para as mulheres. No entanto, essa diferença, que é mais acentuada no campo que na cidade, vem tornando-se cada vez menor, tanto pelo aumento da participação feminina na faixa de 20 a 24 anos como pela redução da participação dos homens jovens dos dois subgrupos, sugerindo a protelação do momento de entrada no mercado de trabalho dos rapazes.

Esse último fenômeno vem sendo tratado na literatura principalmente como um sinalizador de uma mudança cultural, decorrente das transformações em curso no mercado de trabalho: em face da importância cada vez maior da escolaridade para a inserção nesse mercado, uma proporção crescente de famílias estaria optando por manter seus filhos homens – que, nessa idade, normalmente já estariam trabalhando – por mais tempo no sistema educacional, buscando melhor prepará-los para enfrentarem a acirrada concorrência.

No caso da Bahia, esse movimento coincide com o aumento expressivo do número de estudantes matriculados no ensino médio e no curso superior (respectivamente 127 mil e 29 mil entre 1992 e

1999). No entanto, dados o baixo nível de renda da maior parte das famílias e os elevados níveis de desemprego juvenil vigentes no estado e, ainda, a baixa escolarização desse grupo etário, é prudente considerar a hipótese de que a queda nas taxas de atividade dos homens jovens não esteja sendo determinada apenas – e, talvez, nem principalmente – por esse fator mas também por uma elevação do desemprego disfarçado. Ou seja, o aumento da inatividade dos homens jovens seria, em parte, involuntário.

Finalmente, observa-se que o comportamento da participação juvenil na PEA apresenta outras características na região metropolitana: destacam-se, nesta região, as taxas de participação femininas, bem mais elevadas que no conjunto do estado (66,2% das jovens de 18 a 24 anos estavam na PEA, em 1999) e, em segundo lugar, um aumento expressivo das taxas de participação de ambos os sexos nos anos 90, aumento que foi muito mais significativo para as mulheres. Como resultado, em 1999, apesar da elevada concentração de estudantes de 2º Grau e de universitários na capital, a taxa de participação do grupo de 18 a 24 anos era de 73,6% na RMS, acima, portanto, dos 71% do conjunto do estado.

Esses dados parecem confirmar que não é relevante, na RMS, o adiamento da entrada na vida ativa em decorrência de um maior período de permanência na escola. Embora aumente a proporção de jovens metropolitanos que estudam, crescem também as parcelas dos que trabalham e dos que procuram trabalho, refletindo tanto a incapacidade da maior parte das famílias de sustentar os filhos até esta idade como a busca pelos jovens de uma fonte de renda que lhes dê autonomia para consumir os bens e serviços em torno dos quais se constrói, em nossa sociedade, a identidade do “jovem”.

Esse movimento dos jovens em direção ao mercado de trabalho teve como resultado mais marcante, nos anos 90, a explosão da taxa de desemprego aberto juvenil, a qual, desse modo, está mais

Quadro 6
Taxas de atividade dos jovens
Bahia, 1992-1999

	1992			1999		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Pop. Total	55,3	68,0	43,8	61,4	69,4	54,4
18 e 19 Anos	48,1	58,6	38,9	62,7	69,2	56,7
20 a 24 Anos	71,7	85,2	58,5	78,9	88,2	70,7
18 a 24 Anos	64,6	77,6	52,5	73,6	81,9	66,2

FONTE: IBGE/PNAD

Quadro 7
Jovens desempregados e taxa de desemprego aberto
Bahia e RMS, 1992-1999

Idade Sexo	Bahia				RMS			
	1992		1999		1992		1999	
	Desempregados	Taxa	Desempregados	Taxa	Desempregados	Taxa	Desempregados	Taxa
Pop. Total	418.085	7,5	584.675	9,1	132.016	11,8	281.309	19,2
18 e 19 Anos	45.572	14,4	70.319	18,5	13.458	25,6	38.987	40,9
20 a 24 Anos	92.433	11,9	135.239	14,8	37.120	20,1	67.093	27,1
18 a 24 Anos	138.005	12,7	205.558	15,9	50.578	21,3	106.080	30,9
Homens								
18 e 19 Anos	20.638	10,9	34.826	14,7	6.961	23,3	17.236	34,0
20 A 24 Anos	42.322	8,9	62.030	11,1	19.720	18,2	30.155	23,4
18 A 24 Anos	62.960	9,5	96.856	12,2	26.681	19,3	47.391	26,4
Mulheres								
18 e 19 Anos	24.934	19,8	35.493	24,7	6.497	28,6	21.751	48,8
20 a 24 Anos	50.111	16,7	73.209	20,6	17.400	22,7	36.938	31,1
18 A 24 ANOS	75.045	17,6	108.702	21,8	23.897	24,1	58.689	35,9

FONTE: IBGE/PNAD

associada à acentuada elevação das suas taxas de atividade que às elevadas taxas de crescimento desse grupo etário. Assim, caso se mantivesse constante a taxa de participação dos jovens entre 1992 e 1999, a sua taxa de desemprego aberto no final do período teria sido semelhante à do seu início, apesar do crescimento acentuado dos contingentes entre 18 e 24 anos. Constata-se, por conseguinte, que embora a variável demográfica seja importante – sobretudo quando considerada a necessidade de estimar a demanda para políticas públicas que tenham como alvo esse grupo etário – ela não se coloca como causa da elevação do desemprego juvenil. Tal elevação está muito mais relacionada à baixíssima geração de postos de trabalho nos anos 90 e às mudanças sociais e culturais relativas aos arranjos familiares e à posição dos jovens nas famílias e, ainda, aos níveis de renda delas.

O desemprego juvenil

Como já foi dito, a elevação do desemprego – provocada por uma reestruturação produtiva associada a políticas macroeconômicas de cunho neoliberal – tem afetado a todos mas, especialmente, aos trabalhadores jovens. Esses trabalhadores, apesar de, em média, mais escolarizados do

que os trabalhadores adultos, vêm encontrando sérias dificuldades de inserção no mercado de trabalho. A situação não é diferente na Bahia, onde as taxas de desemprego das pessoas entre 18 e 24 anos são muito superiores às taxas médias do conjunto da PEA chegando, em alguns casos, a ultrapassar o dobro delas.

Os dados do Quadro 7 mostram a evolução do desemprego juvenil aberto nos anos 90, estimado a partir das informações da PNAD. Observam-se, primeiramente, os níveis já extremamente elevados vigentes no início da década: em 1992, eram 138 mil os jovens desempregados na Bahia, sendo as taxas femininas, já então, bem superior às masculinas; quanto à dos jovens de 18 e 19 anos, era maior que a dos que se encontravam entre os 20 e 24 anos. Naquele ano, os desempregados no grupo de 18 a 24 anos representavam um terço do total de desempregados do estado. Além disso, o desemprego juvenil era bem mais expressivo na RMS, onde, em 1992, o contingente de desempregados já ultrapassava a marca de 20% da PEA juvenil e representava cerca de 36,6% do total de jovens desempregados na Bahia.

Sete anos depois, em 1999, a situação tornou-se bem mais grave, principalmente na RMS, onde as taxas de desemprego juvenil alcançaram pata-

mares explosivos, qualquer que seja a fonte de dados com a qual se trabalhe. Nessa região, a proporção de jovens de 18 e 19 anos desempregados ultrapassa os 40% da PEA dessa faixa etária, aproximando-se, no caso das mulheres, de 50%. No grupo etário seguinte (20 a 24 anos), o incremento do desemprego é menor, mas as taxas, embora um pouco mais baixas, são também elevadíssimas (23,4% para os homens e 31,1% para as mulheres). Nesse ano, os jovens desempregados somavam 205 mil no estado, mais da metade dos quais (106 mil) concentrados na RMS.

Finalmente, a comparação dos dados do conjunto do estado com os da RMS sugere que as diferenças mais marcantes entre esses dois agregados são dadas pelos movimentos entre as situações de trabalho, desemprego e inatividade.

Na RMS, os jovens que não encontram trabalho (ocupação) tendem a passar para uma situação de desemprego aberto e os que residem em outras áreas do estado têm maiores chances de passarem (ou permanecerem na) para a inatividade ou de, assim, serem computados na pesquisa, pela ausência de uma procura ativa de trabalho. Ou seja, na região mais urbanizada e rica do estado – onde também é mais variado o leque de opções de inserção e, em face da elevadíssima rotatividade da mão-de-obra, maiores as chances de conseguir-se uma ocupação, mesmo que temporária – a exclusão juvenil do mercado de trabalho assume mais a forma de desemprego aberto que a de inatividade. Esta última forma (certamente involuntária para muitos) é mais freqüente no interior do estado, onde, sendo as alternativas de inserção em número bastante reduzido, a procura de trabalho figura-se, de início, fadada ao fracasso.

Esse fenômeno fica bem evidente no indicador que mostra como se distribuiu o incremento do grupo etário de 18 a 24 anos, entre 1992 e 1999. Para o conjunto do estado, em cada 1.000 jovens apenas 464 encontraram ocupação, 231 ficaram desempregados e 305 ficaram inativos. Na RMS, em cada 1.000 o contingente que encontrou trabalho foi um pouco maior, perfazendo 507, mas apesar disso ficaram desempregados 562! A explicação está em que, nesse período, a alternativa de entrar (ou permanecer) na inatividade tornou-se cada vez mais difícil para os jovens de ambos

os sexos que não encontraram trabalho na RMS. Assim, no período analisado ocorreu uma redução absoluta no número de jovens inativos (menos 69 em cada 1.000), parecendo ter predominado a passagem da inatividade para o desemprego de mulheres jovens.

A mudança no padrão de atividade dos jovens, refletida nesses dados, configura uma situação bem distinta da vigente até a década passada, quando as taxas de desemprego aberto eram muito baixas, comparativamente às atuais, e os que não trabalhavam – sobretudo se mulheres – tendiam a permanecer na inatividade, ainda que essa situação representasse, para muitos, uma situação de desemprego disfarçado.

Assim, em 1981, para cada 1.000 jovens da RMS, 537 estavam ocupados, apenas 88 estavam em desemprego aberto e 375 eram inativos. Embora esses dados não sejam comparáveis com os mais recentes por causa das mudanças conceituais introduzidas na PNAD, tais mudanças permitem evidenciar ainda mais a intensidade das transformações observadas na atual década. De fato, a partir de 1992, a PNAD passou a utilizar um conceito mais ampliado de ocupação, computando como ocupadas pessoas que, na conceituação anterior, teriam sido classificadas como inativas ou desempregadas.³ Logo, se hoje fossem adotados os critérios anteriores, o número de ocupados seria menor e os contingentes de inativos e os de desempregados seriam bem maiores.

As mudanças acima comentadas apontam claramente para um agravamento da situação desse grupo etário no mercado de trabalho, cujas consequências não dizem respeito apenas aos jovens que vivenciam, em larga escala, o desemprego, mas ao conjunto da sociedade.

Primeiro, porque o desemprego juvenil, principalmente quando atinge os jovens pobres, os menos escolarizados, pertencentes às famílias mais vulneráveis e com menos recursos para protegê-los e orientá-los, constitui-se numa das principais causas dos elevados índices de criminalidade juvenil e de condutas anti-sociais e/ou autodestrutivas, das quais esses jovens são também as principais vítimas. Além disso, o desemprego juvenil é uma questão social maior porque a exclusão de numerosos contingentes de jovens significa, concreta-

mente, um desperdício da capacidade de trabalho e de produção de riquezas, numa sociedade que computa elevados déficits sociais.

E, mais ainda, a subutilização das capacidades de trabalho e de aprendizagem da atual geração de jovens, expressa nas elevadas taxas de desemprego aberto e nas baixas taxas de escolaridade, implica o comprometimento da capacidade produtiva futura da sociedade baiana, que, assim, levará para o século XXI grandes contingentes de trabalhadores/cidadãos pouco escolarizados e com pouca ou nenhuma experiência de trabalho. Esses contingentes de jovens, hoje excluídos do trabalho e/ou da escola, são os principais candidatos a reproduzirem, nas próximas décadas, o núcleo duro da exclusão social no país.

Por outro lado, os jovens que conquistaram ou estão buscando obter diplomas de nível médio ou superior, embora tenham maiores chances de inserção no mercado de trabalho, também não estão livres dos riscos que ele coloca: na década de 90, embora ainda muito inferiores às taxas de desemprego dos menos escolarizados, as taxas de desemprego dos trabalhadores com escolaridade igual ou superior ao 2º Grau completo vêm crescendo acentuadamente, indicando a fragilidade do discurso que pretende encontrar todas as soluções para o problema do desemprego juvenil apenas na expansão do sistema educacional e na dilatação do tempo de permanência na escola.

O desemprego dos jovens mais escolarizados nega-lhes a oportunidade de utilizar, no trabalho, os conhecimentos adquiridos na escola, expondo-os ao risco de, com o tempo, perderem as competências adquiridas e passarem a compor um numeroso segmento de trabalhadores pouco preparados para as novas exigências dos melhores postos de trabalho, ficando, portanto, fadados aos postos mais precários e a uma trajetória marcada pelo trânsito freqüente entre trabalho precário/desemprego/inatividade.

Desse modo, embora a elevação dos níveis de escolaridade seja também uma necessidade ditada pelas atuais exigências do mercado de trabalho, que tende a usar o diploma como critério de seleção, os seus efeitos sobre as chances de inserção dos jovens trabalhadores serão pouco eficazes se mantidas as atuais restrições à expansão da de-

manda por mão-de-obra e se não forem implementadas políticas voltadas para reduzir as barreiras encontradas pelos jovens que buscam o seu primeiro emprego.

O trabalho dos jovens

Evolução da ocupação

No conjunto do estado, os ocupados de 18 a 24 anos somavam, em 1999, 1.086 mil, representando 18,6% do total de ocupados. Na RMS, eles eram 237 mil e seu peso relativo na ocupação total era um pouco maior (20,1%). Nos sete anos cobertos por esta análise, o contingente de trabalhadores jovens aumentou em 135 mil na Bahia, compondo-se de 95 mil homens e 40 mil mulheres. Este incremento absoluto do número de jovens ocupados correspondeu a uma taxa de crescimento médio anual de 1,9%, bastante inferior, portanto, às taxas de crescimento da população e da PEA desse grupo etário, que foram de 2,5% ao ano.

Na RMS, a taxa de crescimento da ocupação juvenil foi significativamente mais elevada (3,4% ao ano), mas, embora quase idêntica à taxa de crescimento da população jovem metropolitana, também ficou muito abaixo do crescimento da PEA juvenil (5,4% ao ano e impressionantes 7,4% no caso das mulheres), puxado, como visto, pela elevação da taxa de participação. Essas taxas traduzem um aumento do contingente de ocupados entre 18 e 24 anos da ordem de 50 mil pessoas, o que representou mais de um quarto do incremento da ocupação na região metropolitana, entre 1992 e 1999.

Esses números mostram que as dificuldades sentidas pelos jovens no mercado de trabalho não podem ser apresentadas de forma simplista, com afirmações do senso comum do tipo "os jovens nunca encontram trabalho", pois o quadro é bem mais complexo: os jovens continuam a representar um contingente importante dos ocupados, o número de ocupados nessa faixa etária cresce, mas apesar disso o número de desempregados cresce num ritmo ainda maior (nada menos que 11,2% ao ano no período analisado).

Ou seja, apesar da crise, a ocupação juvenil se expande até mais do que a ocupação total, mas esse crescimento ainda é insuficiente para garantir

a incorporação dos numerosos contingentes de jovens que, cada vez mais, querem (e precisam) trabalhar. O que nos obriga, mais uma vez, a concluir que apenas com a retomada do crescimento da economia (num ritmo próximo às taxas históricas de crescimento da economia brasileira, no período que vai do pós-guerra ao final dos anos 70) pode-se esperar a redução do desemprego para a atual geração de jovens. Tampouco parece fazer sentido imaginar, com base no fato de que as gerações de jovens dentro de dez anos serão menos numerosas, que o problema do desemprego juvenil venha assim a ser superado. Porque, apesar disso, elas irão conviver com uma PEA adulta ainda maior que a de hoje e, se mantido o ritmo de geração de novos postos de trabalho, estarão também expostas a elevadas taxas de desemprego.

Além da redução da capacidade de geração de novos postos de trabalho, a crise dos anos 90 tem outro componente que contribui para tornar a experiência da atual geração de jovens substancialmente diversa daquela vivida pelas gerações mais velhas: as oportunidades de trabalho por ela encontrada tendem a apresentar, na maioria dos casos, características de precariedade e de insegurança, sendo escassas as chances de um emprego ou de um trabalho autônomo promissores. Isto é, comparativamente ao passado, os jovens de hoje, independentemente da sua escolaridade, percebem que está cada vez mais difícil encontrar uma alternativa de inserção que lhes acene com alguma possibilidade de carreira.

As formas de inserção dos jovens

A principal forma de inserção dos jovens no mercado de trabalho – tanto considerando o conjunto do estado, como apenas a RMS – é o emprego assalariado, embora essa forma tenha reduzido um pouco a sua participação na ocupação juvenil, ao longo dos anos 90.

Assim, em 1999, em cada 1.000 jovens ocupados na Bahia 529 eram empregados, na iniciativa privada ou no setor público, e, na RMS, 666 trabalhavam nesta posição. Essa importância do assalariamento torna-se ainda maior quando agregamos os que têm emprego doméstico (91 na Bahia e 84 na RMS). Evidencia-se, portanto, que apesar das

profundas mudanças em curso, o emprego assalariado continua a ser a porta de entrada dos jovens no mercado de trabalho, o que, aliás, contribui para explicar as elevadas taxas de desemprego desse grupo etário.

Esta taxa de assalariamento dos trabalhadores jovens, simultânea a uma elevada taxa de desemprego, é o resultado de duas tendências opostas no que diz respeito à valorização desse segmento da mão-de-obra pelos empregadores.

De um lado, alguns estudos têm mostrado a clara preferência das empresas de determinados setores pelos trabalhadores mais jovens em detrimento dos trabalhadores adultos, preferência que transparece, sobretudo, no processo de ajuste das empresas aos novos padrões de competitividade: trabalhadores de meia-idade e larga experiência de trabalho têm sido substituídos por jovens, implicando o rejuvenescimento do quadro de funcionários da empresa (Druck, 2000 a, 2000 b). Tal preferência orienta-se por uma avaliação que considera os trabalhadores mais antigos “viciados” nas práticas e relações de trabalho passadas, ou seja, com tendência a resistir às mudanças, dificultando o processo de ajuste e apresentando uma limitada capacidade de adaptação, com implicações negativas sobre a produtividade.

Essas justificativas, todavia, não conseguem obscurecer o fato – raramente explicitado no discurso, mas evidenciado nos dados – de que a substituição da geração dos pais pela dos filhos traz uma expressiva redução de custos para as empresas, pois os salários pagos aos jovens contratados são bem menores que a remuneração que era auferida pelos trabalhadores mais velhos demitidos. E, além disso, essa troca assegura uma maior flexibilidade à empresa, pois a contratação dos jovens raramente lhes garante os mesmos benefícios assegurados aos funcionários que eles substituem, sendo comuns os vínculos precários e o recurso abusivo aos “estágios” e outras formas atípicas de assalariamento.

Se assim tem sido em muitas empresas, por outro lado os jovens à procura do primeiro emprego têm se defrontado também com a barreira da exigência de “experiência anterior”, critério que tem jogado muitos deles num ciclo vicioso – não trabalha porque não tem experiência e não tem experi-

ência porque não trabalha. Essa é uma situação que tem como resultado a aceitação de condições absolutamente precárias de trabalho. Assim, com a sua capacidade de trabalho valorizada em alguns casos e desvalorizada em outros, os jovens acabam por apresentar tanto elevadas taxas de ocupação como de desemprego.

Para os que não encontram emprego, as alternativas de trabalhar “por conta própria” ou na posição de “empregador” são de mais difícil acesso, pois essas formas de inserção exigem pré-requisitos que a maioria dos jovens trabalhadores ainda não dispõe: algum capital, domínio de um ofício ou profissão, rede de relações e toda a experiência e maturidade necessárias para disputar um espaço no mercado, sobretudo no chamado “setor informal”. Esse setor, ao contrário do que imagina o senso comum, embora apresente menores “barreiras à entrada” do que o segmento organizado da economia, é um espaço marcado por brutal competição, bem mais restrito do que o imaginado, e em que as oportunidades de obtenção de uma renda mensal igual ou superior à do trabalho assalariado são bastante reduzidas (Borges e Franco, 1999).

As outras formas de inserção possíveis estão diretamente ligadas à família, na esmagadora maioria dos casos: como “trabalhadores não-remunerados”, geralmente como ajudante de negócio ou atividade familiar, ou em atividades de subsistência. Trata-se de formas de inserção absolutamente precárias, que não asseguram o rendimento monetário que proporcionaria aos jovens a independência econômica desejada.

Uma análise mais detalhada da inserção juvenil evidencia ainda algumas diferenças entre os sexos e entre o conjunto do estado e a RMS, como será visto a seguir.

A inserção juvenil na Bahia

Em 1999, como visto, os jovens formavam um expressivo contingente de 1.086 trabalhadores e a maioria (64%) era do sexo masculino. O contingente de empregados era de 575 mil e representava quase 24% dos ocupados que tinham emprego. O

assalariamento no setor público e privado era mais importante para os homens (59%) que para as mulheres (42,1%). Em contrapartida, as jovens reinavam absolutas no “nicho” do trabalho doméstico, onde eram encontradas 21,7% das ocupadas. Os homens jovens encontravam mais oportunidade de trabalho por “conta própria” que as mulheres (17,5% e 9,1%, respectivamente) e, finalmente, a condição de “não-remunerado” era importante para ambos os sexos.

O assalariamento tornou-se cada vez mais importante para as mulheres e perdeu participação entre os homens jovens.

No entanto, a comparação dos dados de 1992 com os de 1999 mostra que esse quadro resulta de alterações ocorridas no período, as quais parecem sinalizar para novas tendências de inserção dos jovens.

O assalariamento tornou-se cada vez mais importante para as mulheres e perdeu participação entre os homens jovens. Assim, enquanto os empregados, em 1992, representavam 61,9% dos homens jovens ocupados e 59% em 1999, as empregadas, que correspondiam a 34,3% do total de jovens ocupadas no início do período, passaram a representar 42,1% deste total em 1999. Além disso, as jovens responderam por 51,8% do incremento do emprego do grupo etário de 18 a 24 anos nesse período, o que sugere uma preferência dos empregadores pelas mulheres jovens. Tal preferência provavelmente está associada à expansão das atividades terciárias, em que são mais amplos os espaços de inserção feminina e a estagnação - ou mesmo retração - das atividades que se caracterizam por utilizarem, majoritariamente, mão-de-obra masculina, como é o caso da indústria e da construção civil, porta de entrada no mercado de trabalho tradicionalmente utilizada pelos jovens do sexo masculino com menor escolaridade.

A maior chance das jovens se inserirem como assalariadas vem acompanhada da redução da importância relativa de todas as demais formas de inserção, com exceção da posição de “empregador”, cujo peso é quase nulo no conjunto da ocupação feminina nessa faixa etária. É curioso observar que também o trabalho doméstico perde participação como forma de inserção das jovens, embora ainda represente um quinto das ocupadas. Essa redução

Quadro 8
Jovens ocupados por posição na ocupação
Bahia, 1992-1999

Idade e Sexo	Ocupados								
	Posição na Ocupação								
	Total	Empregados	Trabalhadores Domésticos	Conta Própria	Empregadores	Não Remunerados	Trab. Produção Próprio Consumo	Trab. Const. Para o Próprio Uso	Sem Decl.
1992									
Pop. Total	5.165.329	41,3	4,9	28,0	2,3	18,8	4,5	0,2	
18 e 19 Anos	269.969	44,4	10,6	11,1	0,2	30,6	2,5	0,6	
20 A 24 Anos	681.260	54,7	8,5	17,0	1,2	15,7	2,8	0,2	
18 A 24 Anos	951.229	51,7	9,1	15,3	0,9	19,9	2,7	0,3	
Homens	3.180.979	47,8	0,4	33,3	3,1	13,4	1,7	0,2	
18 e 19 Anos	169.269	55,7	0,4	12,2	0,4	29,8	1,0	0,6	
20 A 24 Anos	431.777	64,4	0,9	20,4	1,7	11,9	0,6	0,2	
18 A 24 Anos	601.046	61,9	0,7	18,1	1,3	16,9	0,7	0,4	
Mulheres	1.984.350	31,0	12,1	19,5	0,9	27,4	8,8	0,2	
18 e 19 Anos	100.700	25,4	27,9	9,3	0,0	31,9	5,0	0,6	
20 A 24 Anos	249.483	37,9	21,7	11,2	0,3	22,2	6,7	0,1	
18 A 24 Anos	350.183	34,3	23,5	10,6	0,2	25,0	6,2	0,2	
1999									
Pop. Total	5.827.624	40,9	5,4	28,2	3,0	18,7	3,7	0,1	
18 e 19 Anos	310.120	46,8	9,0	10,8	0,2	30,1	3,0	0,1	
20 A 24 Anos	776.543	55,4	8,1	15,9	1,0	18,0	1,5	0,1	
18 A 24 Anos	1.086.663	52,9	8,4	14,5	0,8	21,4	1,9	0,1	
Homens	3.526.924	45,6	0,5	34,8	4,0	13,8	1,2	0,2	
18 e 19 Anos	202.151	52,8	0,3	13,1	0,3	32,3	1,1	0,1	
20 A 24 Anos	494.605	61,6	1,2	19,2	1,2	15,9	0,7	0,1	
18 A 24 Anos	696.756	59,0	0,9	17,5	1,0	20,7	0,8	0,1	
Mulheres	2.300.700	33,9	12,8	18,2	1,5	26,1	7,5	0,0	
18 e 19 Anos	107.969	35,7	25,2	6,5	0,0	26,0	6,6	0,0	
20 A 24 Anos	281.938	44,5	20,4	10,1	0,6	21,6	2,8	0,0	
18 A 24 Anos	389.907	42,1	21,7	9,1	0,4	22,8	3,9	0,0	

FONTE: IBGE/PNAD

deve estar sendo determinada por vários fatores: a diminuição dos empregos domésticos que apresentem condições minimamente satisfatórias, provocada pela difícil situação financeira de segmentos cada vez mais numerosos das chamadas "classes médias", fortemente afetadas pelas mudanças em curso; mudanças no perfil demandado pelas famílias para trabalhadores domésticos, de maior valorização da experiência, como vem ocorrendo em algumas empresas; e, certamente, também uma mudança cultural importante entre as

jovens de famílias pobres, que, conquistando uma escolaridade superior à das suas mães, buscam agora outro tipo de trabalho, que lhes assegure um status mais valorizado na sociedade.

Observe-se, finalmente, que apesar da expansão do emprego assalariado feminino, a proporção de mulheres jovens que trabalham sem remuneração, embora decrescente, ainda era muito elevada em 1999 (21,7%).

Como visto, para os homens jovens as chances de encontrar um emprego assalariado foram bem meno-

res nos anos 90: apenas 40% do incremento da ocupação deste segmento corresponderam a um emprego na iniciativa privada ou no setor público, restando-lhes poucas alternativas de inserção. A atividade por “conta própria”, que normalmente recebe os que não conseguem arranjar emprego, também abriu pouco espaço para os jovens nos anos 90, reduzindo de 18,1% para 17,5% seu peso na ocupação total dos jovens. Restaram, portanto, o serviço doméstico, pouco expressivo para os rapazes, que aumentou sua participação de 0,7% para 0,9%, e as formas não-remuneradas, para as quais se voltaram quase todos os que não continuaram perseguindo ativamente um trabalho remunerado (os desempregados). O aumento das proporções de jovens ocupados, do sexo masculino, nas categorias dos “sem-remuneração” e nas atividades de subsistência – em ambos os casos, predominantemente na agricultura – constitui mais um indicador preciso da gravidade da situação desses trabalhadores no mercado de trabalho: em 1999, na Bahia, nada menos que 33% dos rapazes com 18 e 19 anos e 16% dos que tinham entre 20 e 24 anos trabalhavam sem remuneração, sugerindo elevadíssimas taxas de desemprego oculto.

Conclui-se, portanto, que embora os jovens entre 18 e 24 anos tenham ficado com cerca de um terço dos novos empregos gerados na Bahia nos anos 90, isso foi absolutamente insuficiente para atender à demanda juvenil. Com efeito, como o volume total de empregos gerados nesse período foi muito baixo (apenas cerca de 250 mil para um crescimento da PEA da ordem de 828 mil), a participação relativamente elevada dos jovens no conjunto dos assalariados não foi suficiente para garantir a incorporação de todos.

Isso resultou num agravamento extraordinário da exclusão juvenil, que afeta ambos os sexos, mas de forma distinta: as mulheres apresentam taxas de desemprego mais elevadas, mas as que estão ocupadas melhoram a sua inserção, com a ampliação da proporção das que têm um emprego. Já os homens, apesar de apresentarem uma taxa de desemprego aberto menor que a das mulheres (ainda que elevadíssima e crescente na década), pioram a sua inserção, na medida em que as alternativas que restaram para os que não encontraram um emprego corresponderam, em grande parte, a uma forma de desemprego disfarçado.

Finalmente, um último indicador, que bem sintetiza o grau de exclusão vivenciado pelos jovens baianos, ou seja, o percentual dos que conseguem ter acesso à renda: em 1999, apenas 45,6% do total de jovens conseguiu uma inserção no mercado de trabalho capaz de propiciar algum rendimento, sendo esse percentual de apenas 34,7% para os que tinham 18 e 19 anos e 50,4 para os que tinham entre 20 e 24 anos; de 58,5% para os jovens do sexo masculino e tão-somente 32% para as jovens.

A inserção juvenil na RMS

Em 1999, eram 237 mil os jovens de 18 a 24 anos ocupados na Região Metropolitana, sendo que 55,8% deles eram homens e 44,2%, mulheres. Essa predominância masculina na ocupação juvenil, além de inferior à observada no conjunto do estado, vem se reduzindo: as jovens ocupam cada vez mais espaço no mercado de trabalho metropolitano, tendo ficado com 58,5% dos novos postos de trabalho reservados a esse grupo etário na década de 90.

Na RMS, a importância do assalariamento como forma de inserção juvenil é ainda mais marcante que na média do estado: em 1999, eram empregados – nas atividades do setor público ou do privado – nada menos que 78,2% dos rapazes e 54,3% das jovens.

Apesar disso, também na RMS os jovens do sexo masculino vêm encontrando crescente dificuldade para se inserirem como assalariados. Entre 1992 e 1999, enquanto cai a proporção dos que têm um emprego, aumentou o percentual dos que trabalham “por conta própria” (de 15,4% para 16%), dos que são trabalhadores domésticos (de 1,2% para 1,9%) e, sobretudo, o percentual dos que trabalham sem remuneração (de 2,7% para 4,3%).

Entre as mulheres, além do já referido aumento do contingente de assalariadas (de 49,5% para 54,3%) não se observou a expansão significativa de nenhuma outra forma de inserção. Pelo contrário, também na RMS observa-se a redução da importância relativa do emprego doméstico (de 33,2% para 30,6%) e, o que é mais curioso, a redução do percentual de jovens ocupadas na condição de “trabalhador não-remunerado” o qual, em 1999, era de apenas 2,9%, inferior, portanto, ao dos rapa-

Quadro 9
Jovens ocupados por posição na ocupação
RMS, 1992-1999

Idade e Sexo	Ocupados								
	Posição na Ocupação								
	Total	Empregados	Trabalhadores Domésticos	Conta Própria	Empregadores	Não Remunerados	Trab. Produção Próprio Consumo	Trab. Const. Para o Próprio Uso	Sem Decl.
1992									
18 e 19 Anos	39.210	56,8	20,1	13,0	0,0	7,1	1,8	1,2	
20 a 24 Anos	147.791	69,2	12,6	14,4	1,1	1,7	0,5	0,5	
18 a 24 Anos	187.001	66,6	14,1	14,1	0,9	2,9	0,7	0,6	
Homens									
18 e 19 Anos	22.970	73,7	0,0	15,2	0,0	7,1	2,0	2,0	
20 a 24 Anos	88.628	79,3	1,6	15,4	1,6	1,6	0,0	0,5	
18 a 24 Anos	111.598	78,2	1,2	15,4	1,2	2,7	0,4	0,8	
Mulheres									
18 e 19 Anos	16.240	32,9	48,6	10,0	0,0	7,1	1,4	0,0	
20 a 24 Anos	59.163	54,1	29,0	12,9	0,4	2,0	1,2	0,4	
18 a 24 Anos	75.403	49,5	33,2	12,3	0,3	3,1	1,2	0,3	
1999									
18 e 19 Anos	56.221	62,8	15,3	12,8	0,0	8,8	0,0	0,4	
20 a 24 Anos	180.785	67,6	14,3	14,0	1,0	2,2	0,6	0,3	
18 a 24 Anos	237.006	66,5	14,5	13,7	0,8	3,7	0,4	0,3	
Homens									
18 e 19 Anos	33.443	74,2	1,8	13,5	0,0	9,8	0,0	0,6	
20 a 24 Anos	98.905	76,8	1,9	16,8	1,2	2,5	0,2	0,6	
18 a 24 Anos	132.348	76,1	1,9	16,0	0,9	4,3	0,2	0,6	
Mulheres									
18 e 19 Anos	22.778	45,9	35,1	11,7	0,0	7,2	0,0	0,0	
20 a 24 Anos	81.880	56,6	29,3	10,5	0,8	1,8	1,0	0,0	
18 a 24 Anos	104.658	54,3	30,6	10,8	0,6	2,9	0,8	0,0	

FONTE: IBGE/PNAD

zes. Trata-se sem, dúvida, de mudanças importantes, uma vez que indicam uma acentuação da tendência histórica de saída das mulheres do espaço privado, do qual o trabalho doméstico e o trabalho não remunerado são extensões.

Por outro lado, essa redução das formas tradicionais de trabalho feminino ajuda a explicar as elevadíssimas taxas de desemprego aberto das jovens: elas têm encontrado mais oportunidades de se inserirem como assalariadas que os homens jovens, mas a baixa geração de empregos acaba por deixar um número expressivo delas sem outra opção.

A precariedade do emprego e a desproteção social

Para concluir essa breve análise da inserção do jovem nos mercados de trabalho baiano e metropolitano é importante levar em conta mais um aspecto: trata-se do perfil da inserção juvenil em termos de proteção social.

Como dito anteriormente, a maioria dos jovens de hoje defronta-se com opções que são, todas elas, muito ruins: a) permanecer numa inatividade forçada, que pode assumir a forma de “afazeres domésticos” ou de prolongamento – nem sempre vo-

luntário – da condição de “estudante que não trabalha” ou, simplesmente, a pior de todas: não ter nenhuma atividade (nem trabalha nem estuda); b) assumir o desemprego, buscando ativamente uma ocupação, mesmo sabendo serem reduzidas suas chances de encontrá-la no curto prazo, e c) trabalhar na ocupação/emprego que conseguir encontrar.

Essa última alternativa, certamente melhor que as duas primeiras para a maioria dos jovens, não deixa de ser também problemática. Isso porque, nos anos 90, a maior parte dos jovens que trabalham o fazem em empregos/ocupações muito aquém da sua expectativa, em termos de remuneração, de conteúdo do trabalho e de perspectivas de carreira profissional. Com efeito, embora os jovens ocupem uma parcela expressiva dos postos de trabalho existentes, na maioria dos casos são trabalhos precários, que nem sempre utilizam suas habilidades e, no caso dos empregos, eles são, quase sempre, sem formalização do vínculo empregatício (sem carteira assinada).

A precarização do emprego vem atingindo também, em larga escala, os trabalhadores mais velhos, mas os dados mostram que, nos anos 90, esse processo vem sendo particularmente mais intenso entre os trabalhadores jovens e, principalmente, entre aqueles que têm 18 e 19 anos. Assim, em 1999, nada menos que 72,6% dos jovens desse grupo etário que estavam empregados não tinham a carteira de trabalho assinada, sendo essa proporção surpreendentemente bem mais elevada na área urbana (78,3%) que na zona rural (56,5%). Tais dados, por si só, indicam a intensidade assumida pelo processo de precarização no mercado de trabalho urbano nesta década. A partir dos 20 anos, a chance de encontrar um emprego “formal” aumenta, mas, apesar disso, a maioria dos que têm entre 20 e 24 anos permanece na precariedade (67,2% nas áreas urbanas e 53,4% nas áreas rurais).

Na RMS, a região do estado onde são mais significativas as atividades econômicas organizadas e que, por isso mesmo, concentra a maior parte dos postos de trabalho formalizados, o percentual de jovens que têm emprego com a carteira de trabalho assinada é, obviamente, bem mais elevado, mas também aí ocorreu uma redução acentuada entre 1992 e 1999: de 40,6% para 34,3%, no caso dos

que têm 18 e 19 anos, e de 71% para 54,4% entre os de 20 a 24 anos.

Os dados da PNAD mostram também que, em 1999, a probabilidade de estar em um emprego com carteira assinada era maior para as mulheres que para os homens, entre 18 e 19 anos, e um pouco maior para os rapazes a partir dos 20 anos.

Esses dados sobre a qualidade dos empregos ocupados pelos jovens são importantes porque mostram que a desproteção social não atinge apenas os inativos e os desempregados, mas também os que conseguem trabalho. Sem a formalização do vínculo empregatício, a maioria dos jovens baianos que estão empregados não têm qualquer proteção – além da que possa obter da família – em caso de desemprego, acidente ou doença.

Além disso, as dificuldades atualmente vivenciadas pelos jovens no mercado de trabalho desenharam-lhes um futuro nada promissor: começando a trabalhar mais tarde – pelo desemprego ou pela inatividade forçada – ou trabalhando em empregos/ocupações precárias, a maioria deles também retarda o início da contribuição para a previdência social, fundamental para lhes garantir, na velhice ou no caso de invalidez precoce, o direito a uma aposentadoria. Em 1999, na Bahia, eram contribuintes da previdência apenas 14,6% dos jovens ocupados de 18 e 19 anos e 24,1% dos que estavam entre os 20 e 24 anos. Na RMS, esses percentuais eram de, respectivamente, 25,5% e 45,5%.

Tendo em vista as novas regras da previdência social, que estabelece o tempo de contribuição como pré-requisito para a percepção de aposentadoria, caso o atual quadro de precariedade do mercado de trabalho seja mantido por mais alguns anos, os jovens de hoje, na melhor das hipóteses, só terão direito à aposentadoria numa idade bastante avançada. No entanto, o risco maior e, infelizmente, não menos provável, é o de que grande parte deles venha a constituir uma geração de velhos absolutamente desprotegidos, sem direito à aposentadoria, por não ter tido a oportunidade de contribuir pelo tempo necessário. E com o fato agravante de pertencerem a famílias menores, pois certamente terão poucos filhos.

Ainda que esse seja um cenário para um futuro ainda longínquo, a sua explicitação é fundamental para mostrar como a crise vivenciada pelos que

são jovens agora tem implicações muito mais amplas e duradouras para a sociedade do que aquelas que, hoje, já se tornaram visíveis.

Conclusões

Nos anos 90, o número de jovens cresceu rapidamente e se urbanizou. Por si só, esses fatos não seriam problemáticos, pois o País já vivenciou outras “ondas jovens”, sem que elas se tenham colocado como um problema. Agora, entretanto, o rápido crescimento da população jovem coincide com um período de baixo crescimento econômico, quase estagnação, e de profundas transformações no mercado de trabalho. Juntos, esses fatores estão trazendo à ordem do dia a questão da “exclusão juvenil”, ou seja, a negação a uma parcela desses jovens de um lugar na sociedade, de uma chance de construir seus projetos de vida.

Essa exclusão pode ser abordada de vários ângulos, mas certamente o seu eixo hoje passa pela relação dos jovens com o trabalho, uma vez que, na nossa sociedade, a integração social é, para a maioria da população adulta, tributária da inserção no mercado de trabalho. É a posição ocupada por cada um nesse mercado que irá definir os níveis de vida, a posição na família, boa parte dos direitos e o reconhecimento social, além de se constituir na base para a construção de uma auto-imagem positiva.

Na juventude, fase de transição entre a adolescência e a vida adulta, pelas normas sociais ainda vigentes, o trabalho já passa a ser visto como a principal atividade, mesmo com o aumento da escolaridade da população e a conseqüente extensão da vida de estudante. A vigência dessa norma vem se tornando menos rígida entre os jovens pertencentes a famílias com renda mais elevada, mas ainda permanece forte para os jovens pobres, inclusive para aqueles que continuam estudando. Deles se espera uma contribuição relevante para a manutenção do grupo familiar ou, pelo menos, a capacidade de arcar com suas despesas, principalmente para os homens, embora, cada vez mais, também para as mulheres.

A essa expectativa da sociedade e das famílias agrega-se, hoje, com maior intensidade que no passado, o desejo dos jovens de conquistar uma maior autonomia no âmbito da família e de afirmar

a sua identidade de jovem, a qual, cada vez mais, supõe diferenciar o seu consumo daquele dos adultos – diferenciação esta reiteradamente reforçada pelo mercado. A realização desse desejo exige, obviamente, algum grau de autonomia financeira, que permita arcar com as despesas relativas às escolhas e preferências.

Todas essas expectativas – da sociedade, da família e dos próprios jovens – traduzem-se numa pressão permanente sobre esses. Assim, apesar das adversidades do mercado, a maioria dos jovens tem reagido a essa pressão com a procura intensa e permanente de um trabalho remunerado, como evidenciam as suas elevadíssimas taxas de desemprego aberto. A frustração dessa procura e a impotência dela decorrente vêm jogando contingentes cada vez mais numerosos de jovens em situações de risco, sobretudo (mas não só) entre aqueles que pertencem a famílias pobres que, para garantir o atendimento das necessidades básicas, precisam contar com a contribuição de todos os seus membros em condições de trabalhar. Nessas famílias, o desemprego de um ou mais dos seus componentes afeta as condições de vida de todo o grupo familiar, o qual, por sua vez, tem recursos limitados para se constituir num apoio efetivo para os que caem/permanecem no desemprego.

Desse modo, a reduzida possibilidade de trabalho remunerado com que se defronta a atual geração de jovens constitui o principal desafio a ser enfrentado pela sociedade brasileira (e baiana) para o equacionamento da “questão juvenil”, já posta na realidade, mas ainda sem encontrar o lugar merecido na agenda política do País. Trazê-la a este lugar é tarefa urgente. Nos últimos 20 anos, com o esforço conjunto da sociedade civil e do estado, o Brasil conseguiu incluir na sua pauta de problemas a questão da infância e da adolescência em situação de risco. A duras penas, e muito aquém do desejado, avanços foram alcançados nas lutas contra o trabalho infantil e pela escolarização de crianças e adolescentes. O significado desses avanços terá sido em grande parte perdido se as crianças e adolescentes que, nos anos 90, deles se beneficiaram, vierem a ter como destino se transformarem, na primeira década do século XXI, em jovens excluídos, sem direito à juventude nem aos sonhos de uma vida adulta produtiva e integrada.

Referências bibliográficas

- ARIAS, A R. Avaliando a situação ocupacional e rendimentos dos trabalhadores jovens entre 15 e 24 anos de idade na presente década. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, v. 2, 1998, p. 427-496.
- BORGES, A. Sobre o atraso do processo de urbanização na Bahia. CEI. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v.3 n.2, 1993.
- BORGES, A, FRANCO, A. A economia informal da RMS: verdades e mitos. SEI. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v.9 n.3, 1999.
- CAMARANO, A. Jovens brasileiros: já independentes? D.F., IPEA. *Como vai? População brasileira*, ano v, n.1, março, 2000.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social - uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998 (Col. Zero à Esquerda).
- DRUCK, G. Relatório de pesquisa encaminhado ao CNPQ: Projeto a reestruturação produtiva e os impactos sobre o trabalho e o emprego no setor bancário na Bahia. Salvador, CRH/UFBA, julho, 2000 (mimeo).
- _____. Relatório da pesquisa Campanha salarial 2000". Salvador, Sindicato dos Químicos e Petroleiros, CRH/UFBA, out. 2000 (mimeo).
- IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais*, Rio de Janeiro, 1999.
- MADEIRA, F. e RODRIGUES, E M. Recado para os jovens: mais qualificação. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*, Brasília: CNPD, v. 2, 1998, p. 427-496.
- POCHMANN, M. Emprego e Desemprego dos jovens no Brasil dos anos 90, Caxambu, ABEP, XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1998 (mimeo).
- 1999 SENNETT, R. *A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. São Paulo: Record, 1998.

Notas

- 1 Este trabalho contou com a colaboração da UNICEF e foi apresentado na III Semana de Mobilização Científica da UCSAL, em outubro de 2000.
- 2 O mercado de trabalho, a rigor, restringe-se ao espaço de compra e venda de força de trabalho, incluindo apenas os empregadores, os empregados e os desempregados. No entanto, nesta análise, assim como em grande parte dos estudos voltados para a questão do trabalho no Brasil, utilizar-se-á o conceito ampliado de mercado de trabalho, o qual inclui, além dessas categorias, os ocupados por conta própria, os trabalhadores não-remunerados da pequena produção mercantil e, por imposição da base de dados utilizada, os trabalhadores em atividades de subsistência, que passaram a serem computados no rol dos ocupados pela PNAD, a partir de 1992.
- 3 Os trabalhadores não-remunerados que trabalham menos de 15 horas semanais e as pessoas que trabalham em atividades voltadas para a subsistência, na agricultura e na produção de habitação para o próprio uso.

* Ângela Borges é professora na Escola de Serviço Social da UCSAL e no curso de Ciências Sociais da UNIFACS, e doutoranda em Ciências Sociais na UFBA.